

Dívida externa dos estados é de US\$ 4,5 bilhões

A situação financeira dos estados brasileiros é dramática. Eles devem hoje, no mercado interno, Cz\$ 200 bilhões e no mercado financeiro internacional 4,5 bilhões de dólares. Com dois agravantes: a dívida interna é na maioria das vezes constituída de compromissos com Certificados de Depósito Bancários (CDBs) ou de Registro de Depósitos Bancários (RDBs), difíceis de ser girados. Já no plano internacional, a dificuldade é a declaração de moratória técnica pelo país, e o impedimento na aquisição de novos empréstimos.

A isto soma-se também um outro problema técnico. Anualmente, vence o pagamento de 1,1 bilhão de dólares em dívidas externas, quando a maioria das unidades federativas não consegue arrecadar nem o suficiente para pagar as despesas mensais com pessoal e custeio. Isto tendo-se em vista que os compromissos de curto prazo com os bancos privados nacionais somam Cz\$ 22 bilhões.

Em dezembro último, a dívida consolidada (e declarada pelos estados ao Banco Central) somava Cz\$ 182 bilhões, assim escalonada: dívida mobiliária, Cz\$ 57 bilhões; dívidas de curto prazo com bancos privados, Cz\$ 22 bilhões; contratos de garantia (avais) Cz\$ 24 bilhões.

As dívidas mais crônicas são as dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que, sozinhos, concentram cerca de 70 por cento do total. Mas o estado do Rio Grande do Sul apresenta um problema específico. A maioria das suas dívidas foi contraída sob a forma de CDBs e RDBs, o que dificulta sobremaneira o seu débito.

"Mas há muito exagero da parte dos governadores que estão chegando, que dramatizam demais as dívidas. Como também há da parte dos que estão saindo, que minimizam os compromissos", afirma um assessor da Secretaria de Planejamento.

O grande constrangimento situa-se, entretanto, nos compromissos assumidos — na maioria por questões políticas —, com pessoal e custeio. O deputado do Ceará, por exemplo, com uma população de seis milhões de pessoas, tem 138 mil funcionários públicos. Ou seja, emprega 2,3 por cento da população. Ou melhor, de cada 47 cearenses, um é funcionário do estado e vive às custas do contribuinte.

"Este quadro tem que mudar, diz o assessor do recém-empossado ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. Os governadores terão que cortar gastos, reduzindo os altos e injustificados salários, cortando as gorduras e às vezes cortando até o osso". Quando falam nestes termos, os técnicos do Governo Federal querem se referir a demissões em massa dos funcionários desnecessários. "E um quadro triste, o de demitir em estados pobres, onde não existe possibilidade de colocação de mão-de-obra. Mas é o que se faz necessário para que os governadores possam ter uma margem mínima de possibilidade de investimentos", completa o funcionário.

No gráfico abaixo, pode-se constatar o número de funcionários em relação à população, o percentual de funcionários, o que eles representam por habitante e o percentual de gastos com pessoal sobre a previsão orçamentária.

Estado	População	Funcionários estaduais	Proporção de servidores em relação à população	Funcionário por habitantes	Percentagem de gastos com pess. sobre a previsão orçamentária (*)
Bahia	10.730.000	270.000	2,5%	1 para 39	50%
Brasília	1.700.000	80.000	4,7%	1 para 21	80%
Ceará	6.000.000	138.000	2,3%	1 para 43	—
Espírito Santo	2.877.000	60.000	2,1%	1 para 47	55%
Maranhão	4.641.000	72.000	1,6%	1 para 64	50%
Minas Gerais	14.600.000	450.000	3,0%	1 para 32	50%
Pará	4.000.000	55.000	1,4%	1 para 72	—
Paraná	8.000.000	130.000	1,6%	1 para 61	49%
Piauí	2.419.000	80.000	3,3%	1 para 30	—
Rio de Janeiro	12.692.000	231.900	1,9%	1 para 54	48%
Rio Grande do Sul	8.647.000	230.000	2,7%	1 para 36	50%
Rondônia	1.200.000	34.300	1,7%	1 para 59	61%
Santa Catarina	4.100.000	108.000	2,6%	1 para 37	50%
São Paulo	30.000.000	600.000	2,9%	1 para 50	45%
Sergipe	1.287.000	36.400	2,8%	1 para 35	—

Fonte: Banco Central